

História pública e memória: as faces da memória em Carmo do Cajuru (MG)

Wendy Rabelo SILVA¹
Flávia Lemos Mota de AZEVEDO²

Resumo: O presente artigo tem como objetivo a discussão sobre a história pública e sua prática no âmbito local, especificamente em Carmo do Cajuru (MG). Sabendo que tal exercício de história e memória vai além da produção acadêmica, o presente estudo busca conhecer as formas de produção de história e memória do município, discutindo também os meios que a comunidade recebe, acessa e compreende a história. Tais discussões permitem identificar, igualmente, memórias privilegiadas e negligenciadas. Assim, com o intuito de reconhecer os lugares de memória, como se dá a produção e preservação daquilo que faz parte da narrativa histórica de Carmo do Cajuru, este estudo procurou contribuir com a História pública local a partir da análise e sistematização das informações produzidas e difundidas sobre a história do município, colaborando com a identificação de uma construção de uma identidade social local.

Palavras-chave: História pública; memória; Carmo do Cajuru.

¹ Graduação em História pela UEMG Divinópolis. Pós-graduada em Gestão e Projeto de Patrimônio Cultural pela UEMG. Universidade do Estado de Minas Gerais. Divinópolis. MG. Brasil. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5121434135824366> E-mail: wendysilvahist@gmail.com

² Mestra em História pela Universidade de Brasília – UNB. Professora do curso de graduação em História da UEMG, unidade Divinópolis. Coordenadora do Centro de Memória da UEMG - Unidade Divinópolis. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3003446261916786>. E-mail: flavia.azevedo@uemg.br.

Public history and memory: the faces of memory in Carmo do Cajuru (MG)

Abstract: This article aims to discuss public history and its practice at the local level, specifically in Carmo do Cajuru (MG). Knowing that this exercise of history and memory transcends academic production, the present study seeks to know the forms of production of history and memory in the municipality, also discussing the means that the community receives, accesses and understands history. Such discussions also allow us to identify privileged and neglected memories. Thus, in order to recognize the places of memory, how the production and preservation of what is part of the historical narrative of Carmo do Cajuru takes place, this study sought to contribute to the local public history from the analysis and systematization of the information produced and disseminated about the history of the municipality, collaborating with the identification of a construction of a local social identity.

Keywords: Public history; memory; Carmo do Cajuru.

História pública: desafios e possibilidades

A história, em seu processo de constituição e afirmação como disciplina científica procurou, no final do século XIX, distanciar-se e diferenciar-se dos antiquários, memorialistas, genealogistas e biógrafos, que estavam mais interessados em enaltecer os grandes feitos e personagens. A partir desse distanciamento, empenhou-se em adotar um método histórico ligado ao trabalho documental e à análise crítica como única via para a produção do conhecimento histórico científico. Nesse processo, a história relegou para segundo plano o conhecimento produzido por sujeitos não profissionais, mas diletantes, que se dedicavam ao registro e à narrativa do passado. Entretanto, ao nos dedicarmos ao estudo da história local, especialmente em municípios de menor porte, percebemos que o pouco registrado sobre seu passado está intimamente ligado à atividade dos antiquários e memorialistas. Sem o trabalho desses indivíduos e os registros por eles produzidos, enfrentaríamos consideráveis dificuldades para pesquisar e documentar a história local. Eles podem ser considerados precursores daquilo que hoje denominamos de História Pública.

Embora o termo "História Pública" ainda seja pouco utilizado no Brasil (em parte pelo fato de ter sido introduzido há cerca de 15 anos), a prática que ele representa existe há muito tempo e se manifesta de diversas formas. Essa abordagem pode ser compreendida como a narrativa histórica compartilhada, que transita entre a curiosidade, o deleite e o entretenimento por meio de veículos como jornais, cinemas, teatros e documentários. Além disso, ela se expressa por meio da arte e do meio digital, ocupando espaços em museus, empresas privadas, escolas, política, entre outros setores. E, de acordo com Juniele Rabêlo Almeida e Marta Gouveia de Oliveira Rovai:

A história pública é uma possibilidade não apenas de conservação e divulgação da história, mas de construção de um conhecimento pluridisciplinar atento aos processos sociais, às suas mudanças e tensões. Num esforço colaborativo, ela pode valorizar o passado para além da academia; pode democratizar a história sem perder a seriedade ou o poder de análise (2011, p. 7).

Dessa maneira, compreende-se que a História Pública é elaborada para, com e pelo público. Em certos contextos, pode se configurar como uma "história encomendada", atendendo setores privados e familiares, por meio do trabalho de memória institucional, por exemplo. Isso contribui para a percepção de que existe uma

ampla demanda historiográfica que se dirige a diversos públicos. Essa demanda abrange desde o aluno do ensino fundamental e médio (que ao cursar a disciplina de história, compreende, naquele momento, seu lugar enquanto cidadão que opera em seu meio social e fazendo, assim, parte da relação passada, presente e futuro), ao executivo que valoriza a memória de sua organização e confia, aos divulgadores, a responsabilidade de produzir narrativas históricas a respeito dela. Mauad, Almeida e Santhiago definem a História Pública também como a "possibilidade de compartilhamento de um mundo comum" (2016, p. 13), ressaltando a importância da divulgação histórica para que a comunidade, como um todo, reconheça a memória, as tradições, a história e o patrimônio como elementos integrantes de sua identidade social.

No entanto, podemos perceber uma resistência e, por vezes, uma negligência em relação às produções de registros daquilo que podemos denominar como História Pública pelos historiadores. Isso ocorre mesmo considerando que ela persiste, de forma não institucionalizada, como um horizonte de preocupações que vão além da esfera "científica, formal e burocratizada" (Mauad *et al.*, 2016, p. 12). Nos últimos anos, o trabalho da Rede Brasileira de História Pública – RBHP, originada nos debates na Universidade de São Paulo – USP, em 2012, tem buscado integrar essas questões ao contexto acadêmico e, desse modo, aproximar os historiadores das iniciativas de história e memória de diversos grupos sociais. Assim, a RBHP procura promover a convergência desses domínios, desde a fase "cientificista", contribuindo para o avanço do trabalho histórico e o engajamento dos variados atores e instituições envolvidos na documentação e na escrita do passado. Embora, por algumas vezes, seja erroneamente percebida como uma forma de história inferior – o que não é o caso, pois implica "uma contínua negociação entre conteúdo e apresentação, com cortes, simplificações, reduções e condensações" (Mauad *et al.*, 2016, p. 29) –, essa área busca estabelecer um diálogo profundo e frutífero com a comunidade, atendendo à sua demanda social por uma história significativa. Assim:

Fazer história pública não é só ensinar e divulgar certo conhecimento. Pressupõe uma pluralidade de disciplinas e integração de recursos diversos. É um novo caminho de conhecimento e prática, de como se fazer história, não só pensando na preservação da cultura material, mas em como colaborar para a reflexão da comunidade sobre sua própria história, a relação entre passado e presente. Enfim, como tornar o passado útil para o presente. (Almeida; Rovai, 2011, p. 8)

A História Pública opera com o princípio de se manifestar em diferentes meios e formas, tanto em escala global, quanto local. Trata-se de uma produção que estabelece canais para a divulgação de memórias e narrativas. É com base nessas considerações sobre o potencial da História Pública que o presente estudo busca analisar o trabalho realizado em nível local, no município de Carmo do Cajuru, Minas Gerais. É importante ressaltar que o processo de identificação da própria história e a construção de uma identidade social estão condicionados ao contexto em que ocorrem e operam (Neves, 1997), possuindo, portanto, sua própria historicidade. Dessa forma, tem-se que:

Esse interesse aponta para a possibilidade de fomento de projetos que procurem articular a história em suas esferas global e local, traduzindo-se em discursos historiográficos que não percam o rigor da produção científica, mas que, por outro lado, promovam a construção, compreensão e difusão de múltiplas identidades, levando em conta especificidades regionais, locais e sociais, entre outras (CORREIO, 2014, p. 6-7)

Renata Schittino, ao evocar a discussão arendtiana, destaca a definição da filósofa, na qual "público significa o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que privadamente possuímos nele" (Arendt, 2016, p. 129). Portanto, "o mundo público é o próprio vínculo compartilhado" (Schittino, 2016, p. 40). É evidente que existe uma demanda histórica para além dos limites da academia que merece ser reconhecida neste debate, como podemos observar no caso específico da História de Carmo do Cajuru, em Minas Gerais. Apesar da escassez, para não dizer inexistência, de produções historiográficas especializadas, encontramos diversas iniciativas voltadas para registrar, preservar e comunicar a história do município. Dessa forma, em Carmo do Cajuru, é possível identificar alguns atores e instituições que, mesmo fora do âmbito acadêmico, empenharam-se em registrar e comunicar esse passado. José Newton Coelho Meneses resume o que motiva e engaja a população nessa produção de memória e história, ao afirmar que o passado é como "um lugar que todos desejam visitar; um tempo que todos procuram compreender" (Meneses, 2016, p. 328).

Nesse contexto, torna-se evidente a pertinência da relação entre memória – incluindo as heranças patrimoniais – e as manifestações da história local, pois é a partir delas que se constrói a identidade histórica. Conforme destacado por Jacques Le Goff, a memória é "um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou

coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia" (Le Goff, 2003, p. 469). A memória representa um registro do passado e o historiador, o memorialista e/ou o divulgador histórico desempenham um papel significativo na organização das experiências, na construção do que se denomina como memória coletiva:

[...] a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva. (Le Goff, 2003, p. 422)

Dessa forma, ao investigar a história pública de Carmo do Cajuru, deparamo-nos com o anseio por memória e história, manifestado por meio de diversos registros e instituições. O presente artigo aborda as iniciativas de construção da narrativa histórica do município, percorrendo diferentes empreendimentos relacionados à memória e à história local. Nosso objetivo é identificar e analisar as estratégias de construção da memória e da história em Carmo do Cajuru, estabelecendo conexões com as possibilidades e desafios da prática da história pública. Para isso, é necessária a análise dos acervos e dos locais de memória da cidade, das produções bibliográficas dedicadas ao local, inventários do patrimônio cultural e o trabalho dos memorialistas. Sendo assim, nos deteremos em algumas iniciativas, em particular: o Museu e Arquivo Sacro-Histórico da Paróquia Nossa Senhora do Carmo; a Casa da Cultura de Carmo do Cajuru; as Fichas de Inventário de Proteção do Acervo Cultural – IPAC e o trabalho dos memorialistas.

No livro *Emancipação de Carmo do Cajuru* (2020), de autoria de José Demétrio Coelho, primeiro prefeito do município, a escrita do memorial, redigido por volta das décadas de 1940 e 1950, é justificada como uma forma de expressar "gratidão pelo bem que alguém tenha feito a esta terra; que sabe reconhecer o valor e devotamento daqueles que trabalham com desinteresse e abnegação pelo seu engrandecimento" (Coelho, 2020, p. 3), refletindo a tradição da cidade em honrar seus antepassados.

Portanto, as discussões a seguir evidenciam a estreita relação entre o conhecimento histórico e a identidade social, que estão indiscutivelmente interligados.

Conforme destacado por Corgozinho, é de suma importância apresentar o patrimônio histórico-cultural como um elemento contribuinte dos diversos segmentos e identidades que se formam em uma localidade, pois isso estimula "o sentimento de pertencimento, enraizamento, e o respeito de todos pelo patrimônio construído" (2003, p. 78).

A história de Carmo do Cajuru segundo seus memorialistas

Registra-se que o povoado teve sua fundação por volta de 1715, inicialmente conhecido simplesmente como Cajuru, integrando uma das vinte freguesias de Pitangui. Diomar (2000) menciona alguns dos primeiros nomes das fazendas que compreendiam o território de Cajuru no século XVIII, a saber: Empanturrado (pertencente a Antônio Rodrigues Pereira), Marimbondo (de propriedade do Capitão Manoel de Medeiros Rosa), Contendas (de Isabel Felícia da Silva), Estiva e Olaria (de Manoel Lopes Ribeiro), além da Fazenda Cajuru (de Manoel Rodrigues Guimarães), entre outras. Estas propriedades, atualmente, abrangem povoados e pontos turísticos, como é o caso da Fazenda do Cajuru, localizada nas proximidades do Morro da Cruz (próximo ao bairro Jardim Alvorada).

Quando buscamos pelas origens de Carmo do Cajuru, nos deparamos com muitas incertezas. São, geralmente, hipóteses enumeradas, principalmente por Oswaldo Diomar (2000). Uma das histórias mais curiosas sobre a fundação do arraial traz à tona um conto popular envolvendo uma fazendeira chamada Felipa Peixota. Segundo esse conto, ela teria obtido uma vasta Sesmaria ao presentear o Príncipe D. João (mais tarde D. João VI) com "um carneirinho feito de ouro extraído de suas minas das Lavrinhas" (Diomar, 2000, p. 28). Essas terras compreenderiam as localidades de Cajuru, Itaúna, São Gonçalo do Pará e Igaratinga. Apesar da incerteza sobre se todo esse território de fato lhe pertencia, Felipa Peixota é descrita como:

[...] mulher muito corajosa e trabalhadora. Saía com seus 200 escravos, abrindo picada no sertão, fazendo estivas sobre os pântanos e pontes improvisadas sobre os córregos. Pernoitava no mato, numa barraca improvisada à margem de um rio ou de um córrego e levantava de madrugada, no outro dia, para continuar a faina diária. Era uma mulher destemida, até meio masculinizada, de acordo com os costumes de hoje. Sobre estivas e pontes improvisadas passava com seus inúmeros escravos, conduzindo mulas

carregadas de carga, que eram alimentos, ferramentas e agasalhos. Nada lhe tapava o caminho. Foi uma verdadeira bandeirante! (Diomar, 2000, p. 28)

A narrativa é um tanto interessante e preciosa, pois nos faz refletir sobre a participação das mulheres nas origens das cidades brasileiras, sobretudo nas áreas interioranas das Minas Setecentistas. Sabe-se que destacar a figura feminina na história tem sido uma luta contra o silenciamento dessas personagens e, sobre isso, Luciano Figueiredo, aponta que:

Os caminhos da história da mulher não se contam de modo claro e definido. São percursos sinuosos, intrincados, ao longo dos quais o historiador precisa dispersar cargas de muito preconceito presente nas fontes, desconfiar de suas lacunas, duvidar de suas verdades (Figueiredo, 2006, p. 142).

Assim, independentemente de ser considerado um conto popular, encontrar tal contribuição para entender as origens de Carmo do Cajuru, realça aspectos constantemente apagados e não aprofundados, discorrendo sobre mulheres em práticas exploratórias e de liderança.

No que diz respeito à história política e administrativa da cidade, temos conhecimento de que, por volta de 1856, com a criação de Pará de Minas, Cajuru foi desmembrada de Pitangui e incorporada a esse novo município. Posteriormente, enquanto arraial, foi anexada à Itaúna, no início do século XX, passando a ser conhecida como Carmo do Cajuru. Como era costume em outras localidades, a cidade se desenvolveu em torno da Igreja Matriz Nossa Senhora do Carmo (Imagem 1), que ainda hoje é um ponto central do município. Essa região teria sido, supostamente, o antigo Arraial dos Teixeiras e propriedade de Juscelino Gonçalves da Silva. No entanto, não existem documentos que confirmem essa crença:

Imagem 1: Rua Tiradentes. Ao fundo, Igreja Matriz Nossa Senhora do Carmo – 1948.



Fonte: Acervo de Célio Cordeiro.

A ferrovia que corta e serve Carmo do Cajuru passa logo abaixo da Igreja Matriz e é frequentemente mencionada nas obras sobre o município, pois representa o desenvolvimento da cidade, que ampliou, ao longo do tempo, o acesso e a economia local. Nas fichas do IPAC acerca das construções, há registros da própria estação (transformada, em 2024, pelo projeto Estação de Memórias em um ponto de memória ferroviária) e da antiga residência do mestre linha (datada de 1911), na Praça Presidente Vargas, além da caixa d'água da rede ferroviária (CULTURA, s/d). O professor, por sua vez, em seus relatos, fornece mais informações sobre a construção da ferrovia e o desenvolvimento da cidade. Ele destaca, por exemplo, que a comunidade de Amoras surgiu em decorrência da construção da estação e da linha ferroviária. Além disso, menciona que, embora o povoado não tenha inicialmente uma igreja, experimentou um considerável crescimento desde a chegada do trem à região (Diomar, 2000, p. 255).

É evidente que, nas primeiras fazendas, a agropecuária constituía a principal fonte de renda. No entanto, a partir da década de 1920, Carmo do Cajuru viu surgir um desenvolvimento significativo no setor industrial, com destaque para a fábrica de manteiga do Sr. Antônio Altivo, cuja sede ocupava o local atualmente ocupado pela Cooperativa dos Produtores Rurais. Essa fábrica fornecia seus produtos para a capital Belo Horizonte, tornando-se uma referência na região e servindo de inspiração para o surgimento de outras fábricas de manteiga, mesmo em menor escala.

A indústria moveleira, que hoje se encontra bastante desenvolvida na cidade, com um grande número de fábricas, sendo a empresa Líder Interiores a mais

proeminente, com mais de 900 funcionários, teve início de forma tímida, ainda no século XIX, sob a habilidade de carpinteiros locais. Contudo, foi a partir da década de 1950 que a fabricação de móveis como indústria começou a se destacar, com a introdução dos primeiros engenhos movidos por eletricidade.

Em 1918, foram iniciados os trabalhos de instalação e captação de água, os quais, na década de 1950, chamaram a atenção do governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek, para a barragem de Carmo do Cajuru e resultou em sua visita, conforme mostra a Imagem 2:

Imagem 2: Visita de Juscelino Kubitschek em Carmo do Cajuru durante a construção da barragem (Foto colorida por aplicativo) – década de 1950.



Fonte: Acervo de Célio Cordeiro.

O ano de 1948 marcou um momento crucial na história da cidade, pois foi quando a tão almejada emancipação se concretizou. De acordo com Coelho (2020), essa conquista foi resultado de uma intensa luta que vinha ocorrendo há algum tempo. Para alcançar o resultado desejado, uma comissão foi formada, composta por diversos líderes locais que compartilhavam o objetivo de conquistar a independência do município. Foi elaborado um memorial abrangente, contendo informações sobre a população, edificações, renda total, indústrias, comércios, centros de entretenimento, além de dados sobre saúde e educação, entre outros aspectos relevantes. Naquele período, a localidade já demonstrava uma economia dinâmica, comercializando, anualmente, com outras regiões, uma grande quantidade de arroz, milho, feijão, aves, laticínios, entre outros

produtos. Como destaca Coelho (2020, p. 38), "seu comércio de madeiras é bem desenvolvido, sendo este distrito, no oeste de Minas, o maior fornecedor de lenha e dormentes à Rede Mineira de Viação".

O sentimento de pertencimento, conforme relatado pelo primeiro prefeito José Demétrio Coelho, era profundo. Em uma população de dez mil e setecentas pessoas, poucos se mostravam contrários ao movimento de emancipação, culminando em uma celebração pela conquista da emancipação, realizada em 25 de dezembro de 1948, marcando o início da trajetória independente da cidade.

As experiências de História pública e o patrimônio Cultural em Carmo do Cajuru

Um dos aspectos significativos da história pública reside em sua potencial interação com o patrimônio cultural e as políticas de preservação da memória, destacando um campo de atuação relevante para os historiadores além dos limites acadêmicos. José Newton Coelho Meneses define a história pública como "um conjunto de interpretações sociais da experiência histórica e dos significados historiográficos elaborados para compreender essa experiência" (2016, p. 327).

O acesso e a comunicação com o público, no campo da História Pública, são fundamentais, sendo essencial torná-lo democrático e irrestrito (Albieri, 2011). No entanto, tal tarefa não é simples, pois envolve diversas etapas, que vai desde a organização de fontes até a divulgação, percorrendo múltiplos caminhos para que os extremos se comuniquem. É sob essa perspectiva que buscamos compreender a prática histórica em Carmo do Cajuru, explorando seus recursos em forma de acervos, museus, escritos, inventários e os indivíduos que se dedicam à preservação e divulgação dessa história.

Museu Sacro e a Casa da Cultura

Ao considerar a memória social, é crucial reconhecer a importância das fontes, dos registros e dos diversos tipos de documentação que contribuem de maneira essencial para o trabalho do historiador/memorialista. A partir desse material, são construídas narrativas que conferem significado e visibilidade aos contextos sociais

(Almeida, Rovai, 2011), além de enriquecer o presente. Nessa perspectiva, torna-se evidente a necessidade dos arquivos históricos, da organização, da compilação e da disponibilização de acervos como testemunhos (Tessitore, 2011), bem como do historiador como um agente que "amplia a consciência histórica, popularizando o conhecimento" (Schittino, 2016, p. 45).

A busca e a construção da identidade histórica pelas comunidades, conforme apresentado por Meneses, estão intimamente relacionadas à definição do que constitui patrimônio para elas. Assim:

A leitura pública da história, do que a memória social guarda e do valor identitário das escolhas patrimoniais marcam a interpretação pública do que é história e do que é patrimônio histórico. Os registros e tombamentos têm, necessariamente, que atentar para essa leitura social. É a experiência, a vivência que dão o norte interpretativo do que queremos patrimonializar. [...] Escolhas para a conservação são, em essência, buscas de identificação e de transmissão de identidade. (Meneses, 2016, p.330).

A partir dessas reflexões, destacamos a atuação do Museu e Arquivo Sacro-Histórico da Paróquia Nossa Senhora do Carmo, em Carmo do Cajuru, que teve sua origem, como projeto, em 1999. Seu precursor foi o professor e padre José Raimundo Batista Bechelane, docente do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Ciência da Religião da Fundação Educacional de Divinópolis – FUNEDI/UEMG, atualmente Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG, Unidade Divinópolis.

O Museu e Arquivo Sacro-Histórico da Paróquia Nossa Senhora do Carmo, como o próprio nome sugere, sempre foi uma instituição vinculada à Paróquia Nossa Senhora do Carmo, razão pela qual a grande maioria de seus objetos é de natureza religiosa. No entanto, em 2006, a instituição passou a contar com o apoio da Prefeitura de Carmo do Cajuru, que designou o memorialista Célio Cordeiro para assumir a direção do Museu, em colaboração com a Secretaria de Educação e Cultura (Cordeiro, 2021).

O museu possui, atualmente, em seu acervo, mais de 1200 objetos catalogados, dos quais muitos foram doados pela própria comunidade. Esses itens incluem objetos sacros e litúrgicos, coleções de livros, álbuns históricos, quadros fotográficos e pinturas, utensílios domésticos, equipamentos de laboratório fotográfico, discos de goma e laca, discos de vinil e um acervo documental que abrange jornais, atas, documentos pessoais

antigos e arquivos institucionais. Todos esses materiais já possuem suas fichas de catalogação digitalizadas e disponíveis para consulta. De acordo com o registro de assinaturas de visitantes, o local já recebeu mais de cinco mil pessoas, como parte de iniciativas de educação patrimonial, evidenciadas pelas frequentes visitas de instituições de ensino, acompanhadas por seus alunos e professores, e de visitas da própria comunidade. Esse número, quando comparado com o censo mais recente da população residente em Carmo do Cajuru (IBGE, 2022), é significativo, tendo em vista que representa aproximadamente um quarto do total de habitantes (23.479 pessoas).

Outro espaço que desempenha um papel importante na preservação da memória e dos acervos históricos do município é a Casa da Cultura. A instituição está localizada em um imóvel construído nas primeiras décadas do século XX, utilizando os materiais remanescentes da reconstrução da Igreja Matriz. Ao longo de sua história, o local abrigou diversas atividades e instituições, incluindo casa Paroquial, inaugurada em 1913 (Imagem 3); um hospital, que atendeu apenas um paciente e teve seus materiais doados para o Hospital São João de Deus, em Divinópolis; um Ginásio Estadual que, em 1965, foi cedido ao estado, pela Igreja e ainda um posto de saúde e uma creche. Atualmente, a Casa da Cultura mantém um acervo histórico do município, que inclui jornais e documentos institucionais da política de cultura e patrimônio, como as Fichas de Patrimônio do IPAC do município e outros documentos relacionados ao Programa do ICMS-Cultural. Além dos acervos, a instituição oferece, continuamente, atividades de educação patrimonial e oficinas, como aulas de pintura, música, ensaios do coral e Clube de Mães, entre outras atividades:

Imagem 3: Inauguração da Antiga Casa Paroquial, atual Casa da Cultura – 1913.



Fonte: Acervo de Célio Cordeiro.

Memorialistas, historiadores e diletantes

Todas essas ações são de extrema relevância para a história pública local. No entanto, há um componente fundamental nesses esforços que precisa ser reconhecido: os historiadores, memorialistas e divulgadores. Cada um, à sua maneira, contribuiu e contribui para a organização e divulgação da história e das tradições culturais do município.

Nesse contexto, quando se aborda a produção relacionada à história de Carmo do Cajuru, alguns nomes se destacam pelo empenho em manter viva a memória local. No âmbito da produção bibliográfica, é inegável a significativa contribuição do saudoso professor Oswaldo Diomar. Nascido na fazenda Tuviva, em 15 de março de 1935, Diomar formou-se em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG e dedicou-se à pesquisa e escrita ao longo de sua vida, além de ter lecionado no ensino básico por aproximadamente 35 anos.

Entre suas obras literárias, destacam-se *História de Carmo do Cajuru* (com primeira edição em 1992 e segunda em 2000), *Genealogia de Carmo do Cajuru* (2004), *Poemas Inacabados e outros poemas* (2004), *Escravidão em Carmo do Cajuru* (2015) e *Panela sem tampa* (2015). Diomar também escreveu diversos artigos publicados em jornais locais, como *152 anos do Cemitério do Bonfim e do cruzeiro no Morro da Cruz*, no jornal Sol Nascente, em 2006. Além disso, foi membro correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (1999 a 2015), da Associação dos Graduados e Estudiosos de Filosofia – AGEFIL de Divinópolis e membro efetivo da Academia Divinopolitana de Letras – ADL, desde 2009 até seu falecimento, em 2015.

Suas obras continuam sendo de grande prestígio para o município, especialmente o livro *História de Carmo do Cajuru*, frequentemente citado nos inventários de patrimônio da cidade. Apesar de não ter se formado em História, ele fez um extenso trabalho como pesquisador, contribuindo, sobretudo, com o conhecimento histórico de Carmo do Cajuru. Por essa razão, é justo considerá-lo como o primeiro e mais importante memorialista do município.

Outro valioso memorialista em Carmo do Cajuru é o coordenador do Museu Sacro-histórico, Célio Antônio Cordeiro, que desempenha essa função há cerca de treze anos. Célio fez curso técnico em Ciências Contábeis, quando jovem, e trabalhou, por muitos anos, nessa área, exercendo sua profissão em contabilidades e bancos. Apesar de não ter realizado um curso superior devido às dificuldades de locomoção, possui diversos certificados de participação em cursos voltados à área de cultura, patrimônio, preservação e catalogação.

Desde a infância, Célio contribui com a preservação e divulgação da memória e história no município, fotografando os eventos da Igreja Católica. Além disso, ele escreve mensalmente uma coluna no Jornal Boca da Mata, chamada *Nossa Gente*, na qual relata a vida de figuras influentes da cidade. Esses artigos, que alcançaram, em janeiro de 2021, o número de 100 crônicas, foram compilados em um livro que levou o título da coluna, publicado no final daquele mesmo ano e amplamente divulgado em portais de notícia da região.

Célio também possui um acervo pessoal de fotos históricas e livros que são, por ele, compartilhados com o museu e, somado a isso, promove ações de preservação da memória, através de suas páginas pessoais no Facebook e YouTube. Essas iniciativas o tornam um dos memorialistas mais reconhecidos de Carmo do Cajuru na atualidade. Ativa desde março de 2012, sua página no Facebook é uma fonte rica de história, memória e patrimônio pessoal e municipal de Carmo do Cajuru. Atualmente, conta com 1213 seguidores (dados de cinco de fevereiro de 2024). Seu canal no YouTube, que possui mais de 50 mil visualizações, apresenta 21 vídeos com diversos aspectos da história do município. No entanto, a maior parte dos vídeos aborda tradições de cunho histórico-religioso-cultural. O canal conta com 250 inscritos.

O professor e padre José Raimundo Batista Bechelaine, mencionado anteriormente, também merece destaque por sua significativa contribuição para as iniciativas de preservação do patrimônio e da memória na cidade. O Museu Sacro-Histórico, conforme já mencionado, foi uma empreitada liderada por ele. Além disso, Bechelaine participa ativamente das atividades culturais do município e é membro das Academias de Letras de Divinópolis e Itaúna.

Outra figura importante a ser apontada é o já falecido José Demétrio Coelho, primeiro prefeito de Carmo do Cajuru. Ele é autor do diário de emancipação, que foi organizado e publicado por Flávio Flora, sob o título *Emancipação de Carmo do Cajuru: relato histórico* (2020). O livro oferece um bom registro sobre a história da cidade, apresenta registros populacionais e econômicos da década de 1940, descreve o desenvolvimento do município e o processo de emancipação, destacando seus principais atores e ideais.

Os desafios da História pública em Carmo do Cajuru

Conforme esclarecem Almeida e Rovai, "a história ganhou o seu lócus "público" para além da divulgação de um conhecimento organizado e sistematizado pela ciência, por meio da organização e mediação de conhecimentos locais" (2013, p. 1). Nessa perspectiva, podemos identificar, em Carmo do Cajuru, diversas iniciativas de preservação da memória e da história que não se originaram no meio acadêmico, mas sim, através de indivíduos que, por meio de suas vivências, se empenharam em registrar, organizar e divulgar a história do município. Eclea Bosi afirma que a memória coletiva ganha "configurações mais intensas quando sobre elas incide o brilho de um significado coletivo" (2003, p. 31).

Mesmo diante de todo o empenho no trabalho histórico em Carmo do Cajuru, encontram-se alguns desafios significativos para essa prática. O Museu e Arquivo Sacro-Histórico da Paróquia Nossa Senhora do Carmo, por exemplo, enfrentam dificuldades devido suas instalações. Localizado na Rua Presidente Tancredo Neves, número 11, Centro, o museu está situado em um prédio de dois andares, sendo o primeiro utilizado para atividades comerciais e o segundo para abrigar o acervo. O acesso para ele é dificultado e limitado por conta de uma estreita escada, o que dificulta a visita ao local. Além disso, apesar dos esforços anuais de sensibilização promovidos pelas escolas sobre a importância da memória da cidade, a visibilidade dada à história local ainda é reduzida. Outro desafio enfrentado diz respeito à conservação dos bens e patrimônios históricos. Muitos objetos e documentos necessitam de restauração, o que, em certas vezes, demanda recursos e profissionais/colaboradores especializados.

É inegável que a religiosidade desempenha um papel fundamental na história de Carmo do Cajuru. A pesquisa realizada revelou que a maioria dos objetos, documentos e outros patrimônios protegidos e inventariados pertencem a essa esfera de memória, favorecendo um acervo de cunho católico e uma abordagem da história do município sob a ótica católica. Vale ressaltar que o museu está sob a égide da Paróquia local, o que reforça essa inclinação. Trata-se, portanto, de memórias privilegiadas.

Contudo, ao considerar as possibilidades de estudos e o interesse da comunidade em valorizar sua memória, vislumbram-se perspectivas capazes de enriquecer e diversificar, resgatando questões até então negligenciadas. Se, por um lado, Carmo do Cajuru reconhece como fundamental a história e sua influência na construção da identidade social, por outro, a cidade falha pelo pouco investimento em sua divulgação e na ampliação dos temas a serem trabalhados. Em resumo, observa-se que a história pública praticada em Carmo do Cajuru ainda atrai um público restrito, sendo possível modificar essa realidade gradualmente por meio do diálogo entre as políticas de patrimônio e a educação básica, entre os espaços e iniciativas de memória e a escola, especialmente no ensino de história, ao abordar a história local. O desenvolvimento da Educação Patrimonial se configura como um espaço de intersecção entre a educação formal e os espaços culturais.

Para o desenvolvimento da Educação Patrimonial seria relevante o desenvolvimento de materiais educativos e de divulgação histórica e do patrimônio, principalmente voltados para a educação básica. Percebemos uma grande dificuldade de promover, em muitas localidades, o ensino da história local na educação básica devido à escassez de produção de materiais educativos, livros, cartilhas, bem como o acesso às fontes e à falta de reconhecimento da própria cidade como um local histórico. Outro aspecto relevante é que o desenvolvimento do conhecimento histórico científico que, por muito tempo excluiu as iniciativas de memória como fontes para a história local, rotula as produções locais como "memorialísticas" e, portanto, sem valor para o conhecimento histórico.

Ao contemplar as obras e produções mencionadas e as instituições que atuam na preservação do patrimônio em Carmo do Cajuru, é possível perceber o desejo de memória e história presente na comunidade. Para a comunidade em questão, a memória

é uma parte essencial da identidade social. Conforme destacado por Sara Albieri (2011), a história pública vai além da produção acadêmica, como é evidenciado em Carmo do Cajuru. No entanto, isso não significa que tal prática anule a atuação acadêmica. Pelo contrário: na história pública, segundo Almeida e Rovai (2013), valoriza-se o diálogo entre o conhecimento acadêmico e o popular.

Referências bibliográficas

- Albieri, Sara. História pública e consciência histórica. In: Almeida, Juniele Rabêlo; Rovai, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). *Introdução à História Pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p.19-28.
- Almeida, Juniele Rabêlo; Rovai, Marta Gouveia de Oliveira. História pública: entre as "políticas públicas" e os "públicos da história". *XXVII Simpósio Nacional de História*. Natal, 2013.
- Almeida, Juniele Rabêlo; Rovai, Marta Gouveia de Oliveira (orgs.). *Introdução à História Pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.
- Arendt, Hannah. *A condição humana*. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária 2016.
- Bosi, Ecléa. Sobre a memória. In: *O Tempo vivo da memória: Ensaio de Psicologia Social*. São Paulo: Ateliê Editorial. 2003. p. 11-67.
- Coelho, José Demétrio. *Emancipação de Carmo do Cajuru: relato histórico*. In: Flora, Flávio (Org.). Divinópolis: Geec Publicações, 2020.
- Cordeiro, Célio Antônio. *Nossa gente: crônicas*. Carmo do Cajuru: Jornal Boca da Mata, 2021.
- Corgozinho, Batistina M. S. Dimensões do Museu no cenário atual e o acervo do Museu em Divinópolis/MG. In: Azevedo, Flávia Lemos Mota de; Pires, João Ricardo Ferreira; Catão, Leandro Pena (orgs.). *Cidadania, memória e patrimônio: as dimensões do museu no cenário atual*. Belo Horizonte: Crisálida, 2009. p. 76-88.
- Correio, Cláudia Patrícia de Oliveira Costa. Em busca da historicidade do município de Queimados: Experiências possíveis entre a história pública e o ensino de história. *Periferia*, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 7-19, jan./jun. 2014.
- CULTURA IPAC, Fichas de inventário. *Prefeitura Carmo do Cajuru*. Disponível em: <<https://arquivo.carmodocajuru.mg.gov.br/publicacoes/cultura/fichas-de-inventario.html>>. Acesso em: 17 de julho, 2021.
- Diomar, Oswaldo. *História de Carmo do Cajuru*. Divinópolis: Gráfica Sidil. 2 ed. 2000.
- Figueiredo, Luciano. Mulheres nas Minas Gerais. In: DEL PRIORE, May (org.). *História das mulheres no Brasil*. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 141-188.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Cidades e Estados: Carmo do Cajuru. IBGE, 2022. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/carmo-do-cajuru.html>>. Acesso em: 19 jun. 2024.
- Le Goff, Jacques. Memória. In: *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp. 5 ed. 2003. p.429-476.

- Mauad, Ana Maria; Almeida, Juniele Rabêlo; Santhiago, Ricardo. *História pública no Brasil: Sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz. 2016. p. 11-35.
- Meneses, José Newton Coelho Meneses. As leituras públicas da história, a memória social e o patrimônio histórico-cultural. In: Mauad, Ana Maria; Almeida, Juniele Rabêlo; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.). *História pública no Brasil: Sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz. 2016. p.327-331.
- Neves, Joana. História local e construção da identidade social. *Saeculum – Revista de História*, UFPB, n. 3, 10 dez. 1997.
- Schittino, Renata. O conceito de público e o compartilhamento da história. In: Mauad, Ana Maria; Almeida, Juniele Rabêlo; Santhiago, Ricardo (orgs.). *História pública no Brasil: Sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 37-46.
- Tessitore, Viviane. Arquivos e centros de documentação: Um perfil. In: Almeida, Juniele Rabêlo; Rovai, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). *Introdução à História Pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p.161-176.

Outras fontes

Acervo de Célio Cordeiro.

FACEBOOK. Célio Cordeiro. Disponível em:
<<https://www.facebook.com/celio.cordeiro.3>>. Acesso em: 5 fev. 2024.

YOUTUBE. Célio Cordeiro. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/user/CelioACordeiro>>. Acesso em: 5 fev. 2024.



Os direitos de licenciamento utilizados pela Revista Histórias Públicas é a licença
Creative Commons Attribution-Non Commercial 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0)

Recebido em: 06/03/2024
Aprovado em: 06/07/2024